

# *O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: A FORMAÇÃO ACADÊMICA EM DEBATE*

## SOCIAL SERVICE SUPERVISED INTERNSHIP: ACADEMIC FORMATION DISCUSSION

**Elaine Aparecida Batista**

Assistente Social; Especialista em Direito aplicado ao SUAS/ ITECNE e Direitos Humanos/ UNIBRASIL  
[assistentesocialelaine@gmail.com](mailto:assistentesocialelaine@gmail.com)

**Raquel Barcelos de Araújo**

Assistente Social e professora do Grupo UNINTER; Mestre em Serviço Social/ UFF-RJ  
[raquel.a@uninter.com](mailto:raquel.a@uninter.com)

### RESUMO

Este trabalho busca discutir elementos da formação acadêmica em Serviço social, bem como em relação aos espaços sócio ocupacionais dos alunos do curso de Serviço Social no que se refere ao estágio supervisionado. As discussões e as aproximações sucessivas nos campos sócio ocupacionais e a experiência dos docentes como supervisores pedagógicos, possibilitaram a observação dos desafios apresentados nos espaços de atuação profissional e, sucessivamente dos espaços de estágio curricular obrigatórios do curso de Serviço Social. O resultado da pesquisa realizada com os alunos em estágio curricular obrigatório será discutido a luz do projeto ético político da categoria, dos fundamentos da Política Nacional de Estágio e das resoluções normativas que orientam o processo de formação e de planejamento das ações e atividades profissionais.

**Palavras-chave:** Estágio, formação profissional, serviço social, supervisão.

### ABSTRACT

The following paper discusses aspects of Social Service academic formation as well as where Social Service students are currently inserted in the work market when it comes to supervised internship. Current changes in the work market and teachers experience as internship supervisors, display the challenges in such market and consequently the characteristics of where Social Service programs internships take place. The result is going to be analyzed under the Social Service ethic policy, the bases of the Brazilian Internship Policy and the normative resolutions that guide the formation process and professional activities and actions planning.

**Keywords:** Internship, professional formation, social service, supervision.

### INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo discutir o processo de formação acadêmica acerca das condições objetivas do trabalho do assistente social e suas implicações no que tange ao estágio supervisionado. Enquanto espaço de formação profissional, o estágio supervisionado em Serviço Social é historicamente pouco reconhecido e reflete, dentre

outras razões as poucas pesquisas e produções do conhecimento acerca desta temática. (BASTOS, 2017).

Neste contexto, o interesse em pesquisar as condições objetivas do trabalho do assistente social e a relação na formação acadêmica do aluno de serviço social, surgiu das inquietações e debates com professores supervisores acadêmicos, supervisores de campo e alunos do serviço social, bem como do acompanhamento e das visitas aos campos de estágio na disciplina de supervisão acadêmica em Serviço Social.

As evidências dos desafios apresentados nos espaços de atuação profissional, circundam todos os ambientes da vida social, como as relações da vida cotidiana e do mundo do trabalho, permeados pelo conservadorismo e tecnicismo burocratizante e despolitizado pelas contradições presentes na sociedade capitalista. De acordo com Montaño e Durigueto (2010, p. 101)

Desenvolve-se na vida cotidiana um nível de consciência individual e imediata, no qual seu entorno, seus interesses particulares e seus atos são vivenciados e interpretados. Aqui as pessoas desenvolvem representações de seu entorno imediato.

As manifestações dos acadêmicos em sala de aula, bem como as falas dos profissionais e as observações presentes, quando das visitas institucionais, desenham uma situação desafiadora para a formação e o desenvolvimento da supervisão de estágio. Esta situação encontra-se permeada pela exploração da força de trabalho, tanto para profissionais, como para os estagiários podendo levar a reflexos negativos no atendimento aos usuários dos serviços disponibilizados pelas instituições, sendo elas públicas ou privadas ou do terceiro setor.

A oferta de vagas de estágio disponibilizadas pelas instituições, tanto no estágio curricular obrigatório como o não obrigatório, também circunda este cenário de precarização. As vagas de estágios que oferecem bolsa auxílio financeiro são vistas com “bons olhos” pelos alunos, pois subsidia a compra de livros, xerox e em alguns casos, até o pagamento da mensalidade, em caso de faculdades privadas.

No entanto, o estágio não pode ser configurado como trabalho e sim como processo de formação profissional, conforme nos orienta Abramides, 2003 apud Política Nacional de Estágio da ABEPS (2009, p.06)

Um dos principais problemas a ser enfrentado na materialização do estágio como processo formativo e da instituição social como possibilitadora desse exercício acadêmico-pedagógico encontra-se no conflito e tensão existentes entre a exigência pedagógica e a determinação do mercado que amplia sua tendência em substituir o processo pedagógico de ensino e aprendizagem concebido como diretriz na formação profissional pelas unidades de ensino, através da solicitação de alunos de 1º e 2º anos letivos para o estágio, sem terem ainda adquirido os conhecimentos teóricos, as habilidades para essa inserção. Essa demanda do mercado não pode sucumbir o projeto formativo de responsabilidade das unidades de ensino, tornando-o refém dos ditames do mercado que impõe a mão-de-obra barata, e a desqualificação (de)formativa ao aluno em sua condição de estudante-trabalhador.

Observa-se, neste contexto que em alguns espaços sócio ocupacionais a supervisão direta de estágio em Serviço Social nem sempre atende as determinações da Resolução 533/2009 que determina:

A supervisão direta deve ser realizada conjuntamente por professor/a supervisor/a e por profissional de campo. Registre-se que a supervisão por profissional da área de formação do/a estagiário/a já está prevista na Lei de Estágio e, para o Serviço Social, essa supervisão é direta e realizada por dois/duas assistentes sociais, devidamente inscritos/as no Conselho Regional de sua jurisdição.

Por fim, acredita-se que as contribuições desta pesquisa não serão somente para a análise crítica da situação – questões já apontadas neste contexto, mas também pela contribuição à formação profissional no âmbito acadêmico, bem como aos profissionais que estão inseridos nos espaços institucionais, aludindo-se como material de apoio e pesquisa ao fazer profissional e da prática da supervisão de estágio apontando necessidades imediatas e mediatas com base nos fundamentos próprios da profissão, legislações vigentes e entidades de organização da categoria (PNE, 2010).

## **DESENVOLVIMENTO**

### **O Estágio Curricular no Processo de Formação Profissional do aluno**

Com as acirradas transformações que vem ocorrendo na sociedade e em especial no mundo do trabalho e das relações sociais da vida, torna-se questão central neste trabalho, o espaço e o exercício da formação profissional do assistente social.

A formação profissional compreendida como educação continuada e não simplesmente como uma qualificação adquirida e acabada durante o período de um determinado curso necessita ser estudada no contexto da realidade social expressa pelos aspectos estruturais e conjunturais e pelo sistema educativo, que refletem o movimento histórico da sociedade.

De acordo com Amicucci (2011), o Serviço Social é uma profissão de caráter interventivo e investigativo inserido na divisão sócio técnica do trabalho tendo como objeto de intervenção as manifestações da questão social, onde se considera que a “[...] investigação e a intervenção [...] compreendem a dialética do modo de ser da profissão e da realidade concreta. (GUERRA; BRAGA, 2009, p. 703).

Neste cenário, segundo a autora, os profissionais passam por profundas e relevantes transformações sociais, econômicas, políticas e culturais as quais refletem diretamente nos processos de formação profissional, reafirmando cada vez mais a necessidade de superação de práticas conservadoras e cristalizadas existentes, resultando em uma necessária revisão crítica profissional, que efetivamente expresse as novas tendências e condições emergentes na dinâmica social.

Para a teoria crítica de Marx, o ser social é sujeito histórico do real, é partir das ações humanas, do trabalho humano que a transformação social se torna possível. No entanto, isso não significa que o homem é independente da sociedade, da mesma forma que o movimento social também não é independente da ação humana, pressupõe “um campo de mediações que condiciona limites tanto a um quanto a outro”. (ASSIS & ROSADO, 2012, p. 205)

Sob este prisma, o serviço social tem procurado nortear-se, conforme destaca Iamamoto (1998), nas transformações societárias, as quais vivenciam a sociedade brasileira, mudanças essas no contexto socioeconômico e político. Essas transformações redefinem o acesso ao mundo trabalho para os profissionais, bem como ocasionam as disparidades sociais, agravando ainda mais o contexto de crise e das expressões da questão social, objeto de intervenção profissional,

Na atual conjuntura de precarização e subalternização do trabalho à ordem do mercado, de erosão das bases da ação social do Estado e desmontagem de direitos sociais, civis, econômicos, a questão social, matéria-prima da intervenção dos assistentes sociais, assume novas configurações e expressões entre as quais destacamos a insegurança, a vulnerabilidade do trabalho e a penalização dos trabalhadores, o desemprego, o achatamento assalarial [...] questões de saúde pública, de violência, da droga, da ignorância, da fadiga [...] (YAZBEK, 1998, p.97).

Imprescindível neste momento, mencionar o processo de formação profissional, proposto nessa pesquisa, o qual deve ser articulado ao exercício profissional e ao projeto ético político, uma vez que está presente na contraditoriedade da sociedade capitalista e requer a apreensão dessa dimensão para que se construa uma prática voltada à coletividade “[...] mas também a visão de mundo dos subalternos, decifrando seus códigos, suas maneiras particulares de expressão de sua vida social em formas culturais”. (IAMAMOTO, 1998, p.196).

É através desse processo histórico, que a categoria incorpora e elabora análises e sínteses sobre a realidade em que se insere e explica sua própria intervenção. Por intermédio de constantes inquietações na categoria profissional que essa realidade é transformada, e impõe aos profissionais a necessidade da construção de um projeto comprometido com as classes subalternizadas. Sendo assim “[...] o projeto ético político não é uma abstração, nem um ente que se instituiu entre nós. É uma construção coletiva, de natureza histórica, portanto sempre sujeito a transformações”. (MARTINELLI, 2006, p.16)

A perspectiva crítica, deve direcionar as ações dos profissionais, embora o conservadorismo ainda se faça presente no pensamento e ação de muitos profissionais, não se pode desprezá-lo ou mesmo negá-lo, porque o mesmo faz parte da historicidade da profissão, bem como de sua legitimação na sociedade brasileira, sendo desta forma

“[...] entendida como uma tendência constitutiva dessa profissionalidade, o conservadorismo permanece tencionando as finalidades profissionais no espaço ocupacional, embora não de modo absoluto” (SANTOS, 2006, p. 47).

Neste contexto contraditório e de profundas inquietações do fazer profissional se inserem os alunos em estágio do curso de Serviço Social, com expectativas de identificar e vivenciar nos espaços sócio ocupacionais e, nas práticas interventivas a teoria crítica social, o posicionamento profissional em consonância com as dimensões teórico metodológicas, ético políticas e técnico operativas da profissão.

Sendo o estágio supervisionado uma atividade curricular obrigatória, que a partir das Diretrizes Curriculares de 1996 do curso de Serviço Social propõem “[...] a capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa”, devendo ser dinamizada de acordo com a realidade social, a partir do contexto político-econômico-cultural das relações sociais, constitui-se como,

[...] espaço de aprendizagem profissional, significa o momento de apreensão da realidade profissional em seus aspectos difusos, tensos, contraditórios, os quais possam favorecer a relação na dimensão da prática profissional e na prática social dos sujeitos (OLIVEIRA, 2003, p. 50).

Desta forma, destaca-se a importância da compreensão do processo de estágio enquanto uma etapa do processo de formação do aluno de Serviço Social. Tal etapa envolve a superação da visão de que o estágio engloba apenas a dimensão técnico-operativa do Serviço Social, reforçando o falso discurso de que no estágio o aluno aprende a prática profissional. No estágio deve ocorrer a apreensão das três dimensões do Serviço Social: teórico-metodológica, técnico-operativa e a ético-política como uma unidade, visando superar o discurso de dicotomia entre teoria e prática.

### **O Projeto Ético-Político do Serviço Social e os desafios à categoria profissional**

Para compreender o debate em torno do projeto ético profissional, é necessário entender que o serviço social como uma profissão que intervém nas diversas realidades, possuem como elemento de intervenção as expressões da questão social resultado do capitalismo imperialista vigente na sociedade. Desta forma, “debruçar-se sobre o Projeto

Ético-Político é debruçar-se sobre a práxis profissional a partir dos seus elementos constitutivos”. (SILVA, 2012, p. 16)

Neste cenário, o projeto ético-político aponta desafios ao trabalho profissional.

[...] a reafirmação das bases teóricas do projeto ético-político, teórico-metodológico e operativo, centrada na tradição marxista, não pode implicar na ausência de diálogo com outras matrizes de pensamento social, nem significa que as respostas profissionais aos desafios desse novo cenário de transformações possam ou devam ser homogêneas. Embora possam e devam ser criativas e competentes (YAZBEK, 2009, p. 161).

Quando se trata de formação profissional, aborda-se a qualidade e a direção que este processo tem, ou pelo menos, deveria ter para que a formação profissional se constitua em um processo de contínua construção por meio das práxis profissionais, o qual adquire consistência na medida em que o Assistente Social reconhece e se aceita como membro partícipe da categoria e, ao mesmo tempo, apropria-se do significado sócio histórico da profissão. Já o processo educacional envolve, não apenas a transmissão de conhecimentos e informações para os sujeitos, mas valores, conceitos, significados e finalidades que norteiam a vida em sociedade.

Pensar a formação profissional do serviço social contexto, é trazer a luz do debate a questão da supervisão de estágio em serviço social, como processo integrante da formação profissional. Dessa forma, o fazer profissional tende a intervir na realidade social e enquanto processo pedagógico sua visão é o aprendizado organizando, materializando-se por meio do planejamento, orientação, acompanhamento e avaliação do processo de ensino-aprendizagem vivenciado pelos acadêmicos no estágio supervisionado. Para tal, deve-se estar em total sintonia com o processo pedagógico e com a unidade de ensino. (ASSIS; ROSADO, 2012)

Compreendendo o processo de estágio, tal como um momento fundamental da formação profissional, o estagiário vivencia a práxis de serviço social, a ética, sua execução política, sua visão ideológica, pedagógica e principalmente técnica, identifica-se no supervisor acadêmico como no supervisor de campo, intermediário nesta relação, a unidade de ensino e a unidade institucional.

Pressupõe ainda o olhar crítico, investigativo e reflexivo do cotidiano profissional, capaz de propiciar o enfrentamento das situações que são colocadas à profissão, não somente no âmbito do aprendizado das competências e habilidades profissionais, isto é,

na execução das atividades, como também no processo de formação desse estudante às dinâmicas institucionais.

### **O processo reflexivo sobre o campo de estágio: pesquisa de campo**

Ao elaborar a reflexão sobre estágio supervisionado no contexto da formação profissional alicerçada no projeto ético-político, leva-nos a concebê-lo como atividade integrante do processo formativo no Serviço Social.

Diante deste contexto, elaborou-se uma pesquisa de campo com 16 alunos do curso de bacharelado em serviço social da Uninter, que se encontram em estágio obrigatório no primeiro semestre. Foi aplicado um questionário com 15 perguntas fechadas de múltipla escolha objetivando conhecer o processo de estágio nos espaços sócio ocupacionais. Do total de 16 alunos pesquisados, 100% da turma, somente 15 alunos responderam à pesquisa, perfazendo um total de 93,75% dos alunos.

Quanto a identificação das instituições onde realizam estágio pode-se evidenciar que 47% estão inseridos em órgãos públicos, ainda considerado um dos principais empregadores da categoria profissional.

Segundo pesquisa realizada pelo CFESS (2005) o Estado constitui-se em principal empregador dos assistentes sociais perfazendo 78,16% do total de trabalhadores, estando os profissionais atuando na formulação, planejamento e execução das políticas sociais com destaque para atuação nas políticas de saúde, assistência social, educação e habitação.

**Gráfico 1** – Seguimento que realiza o estágio



**Fonte:** Instrumento de coleta de dados, 2016.

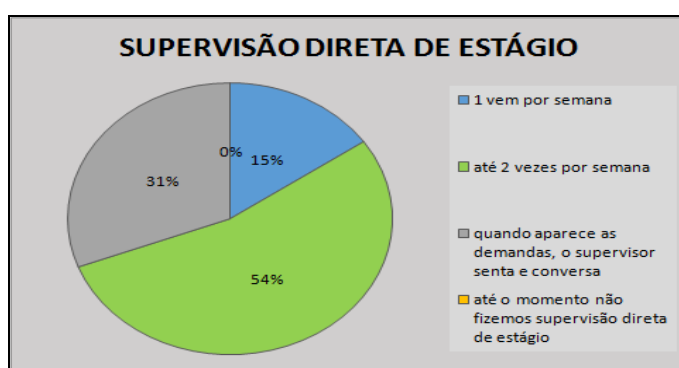


No que se refere à supervisão direta de estágio em Serviço Social, os dados demonstram que 54% dos entrevistados estão em conformidade com o Resolução 533/2008 do CFESS (p.4) que regulamenta a supervisão direta de estágio em Serviço Social.

Art. 5º. A supervisão direta de estágio de Serviço Social deve ser realizada por assistente social funcionário do quadro de pessoal da instituição em que se ocorre o estágio, em conformidade com o disposto no inciso III do artigo 9º da lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, na mesma instituição e no mesmo local onde o estagiário executa suas atividades de aprendizado, assegurando seu acompanhamento sistemático, contínuo e permanente, de forma a orientá-lo adequadamente.

Ainda neste contexto a resolução especifica no seu art. 8 que a responsabilidade ética e técnica é tanto do supervisor de campo quanto acadêmico cabendo o dever de “Planejar conjuntamente as atividades inerentes ao estágio, estabelecer o cronograma de supervisão sistemática e presencial, que deverá constar no plano de estágio.” (CFESS, 2008, p. 5)

**Gráfico 2:** Supervisão Direta de estágio em Serviço Social



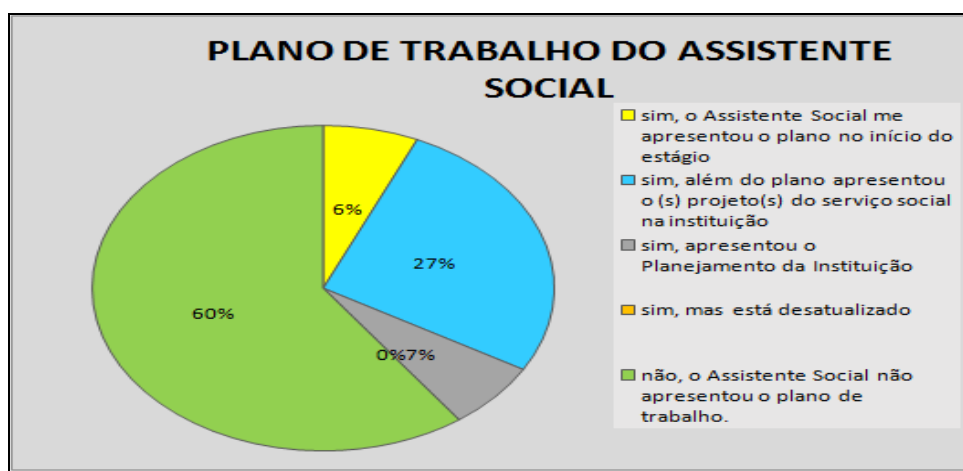
**Fonte:** Instrumento de coleta de dados, 2016.

Quando questionado sobre o acesso do estagiário ao plano de trabalho do assistente social na instituição, a grande maioria, 60% dos entrevistados responderam que não conhecem o plano, identificamos aqui a contradição desta pergunta se relacionar com a supervisão direta de estágio onde afirma:

Art. 4º. A supervisão direta de estágio em Serviço Social estabelece-se na relação entre unidade acadêmica e instituição pública ou privada que recebe o estudante, sendo que caberá: I) ao supervisor de campo apresentar projeto de trabalho à unidade de ensino incluindo sua proposta de supervisão, no momento de abertura do campo de estágio; (CFESS, 2008, p.3)

Nesta perspectiva temos como fonte norteadora para essa discussão a Política Nacional de Estágio a qual define claramente a atribuição dos atores envolvidos no processo e elenca como uma das atribuições do supervisor de campo: “Elaborar e encaminhar à coordenação de estágios do Curso de Serviço Social da UFA o Plano de trabalho do Serviço Social com sua proposta de supervisão e o respectivo cronograma de realização desta atividade.” (ABEPSS, 2010, p. 21)

**Gráfico 3:** Identificação do Plano de Trabalho do Assistente Social.



Fonte: Instrumento de coleta de dados, 2016.

Nota-se uma ausência em grande parte dos campos de estágio do plano de trabalho do assistente social, documento essencial para o processo de planejamento e intervenção do Serviço Social nos diversos espaços sócio ocupacionais. Tal ausência dificulta o processo de reconhecimento das atribuições do Serviço Social na instituição, bem como a dificuldade em relação aos estagiários perceberem qual o papel do assistente social na mesma.

Nesta configuração da formação profissional preconizada pelas diretrizes curriculares, pela Política Nacional de Estágio – PNE instituída em 2009 pela ABEPSS e pela Resolução CFESS 533/2008 que regulamente a supervisão direta de estágio, insere-se no núcleo de fundamentos do trabalho profissional, no qual o trabalho é tratado como categoria central, como práxis, e, essa concepção deve perpassar toda a formação profissional estendendo-se à atividade de estágio.

É um trabalho a ser desenvolvido no coletivo. Os atores partícipes deste processo precisam estar sintonizados com a realidade social e as discussões que tangem a

formação profissional para o enfrentamento e superação dos desafios postos a atividade de estágio supervisionado.

Neste percurso, é pertinente que o estudante também possa compreender que o estágio supervisionado como parte integrante no processo de formação profissional e, logo, no ensino-aprendizagem é essencial para o aprimoramento dos aportes teórico-metodológicos, ético-político, técnico-operacionais condizentes à profissão do Serviço Social.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estágio supervisionado, ao se vincular à formação do Serviço Social, revela-se cada vez mais presente e importante para a formação profissional, desta forma não pode ser reduzido a mera execução de tarefas, atividades atreladas a burocracia e aos ditames mecânicos, processuais e funcionais da instituição e essencialmente rotineiros dos profissionais.

Os espaços sócios ocupacionais do Serviço Social são espaços vivos, dinâmicos e em constante processo de transformação, o estágio supervisionado deve proporcionar aos alunos uma leitura crítica da realidade social, pautado no posicionamento propositivo e interventivo que se materializa nas formas de sistematização do estágio.

Há que se considerar que a supervisão de estágio tanto acadêmica como a supervisão de campo, é parte essencial no processo de formação do aluno. Assim, é necessário um processo de formação das Unidades de Ensino em conjunto com os estudantes e profissionais supervisores de campo, para reflexão conjunta acerca das dimensões do Serviço Social: técnico operativo, ético político e teórico metodológico, sendo que estas devem estar intrinsecamente relacionadas. Este estudo não se encerra por aqui, além desta etapa da pesquisa contempla o Fórum de Supervisores, as visitas aos campos de estágio, palestras e grupo de estudos e pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, maio 2010.

AMICUCCI, E. M. M. **Estágio Supervisionado em Serviço Social: tempos atuais e velhos desafios.** 2011. 210p. Dissertação - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

ASSIS, R. L. M.; ROSADO, I. V. M. **A unidade teoria-prática e o papel da supervisão de estágio nessa construção.** Revista *Katalysis*, v. 15, n. 2 p.203 – 211. Jul/dez. 2012

BASTOS, S. S. **Estágio Supervisionado em Serviço Social no processo de formação profissional: avanços, tensões e desafios.** CRESS 12º região – Florianópolis.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES, n. 15, de 13 de março de 2002.** Estabelece as diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES152002.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2013.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Resolução CFESS 533 de 29 de setembro de 2008.** Regulamenta a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

GUERRA, Y.; BRAGA, M. E. **Supervisão em Serviço Social.** In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília-DF, 2009.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

LEWGOY, A. M. B. **Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional.** São Paulo: Cortez, 2008.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa.** 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: Identidade e alienação.** 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MONTAÑO, C; DURIGUETO, M.L. **Estado, classe e movimento social.** São Paulo, Cortez, 2010.

OLIVEIRA, C. A. H. S. **A centralidade do estágio supervisionado na formação profissional em Serviço Social.** 2003. 178p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2003.

SANTOS, J. S. Projeto ético-político e o enfrentamento do conservadorismo como componente ontológico da profissionalidade do Serviço Social. *Temporalis*, Brasília – DF, ano 6, n. 11, 2006.

SILVA, M.M. J. A materialização do Projeto Ético- Político do Serviço Social. São Paulo: Papel Social, 2012.